

Anexo A

MODELO DE RELATÓRIO DO TOMADOR DE CONTAS



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

____ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO

RELATÓRIO DO TOMADOR DE CONTAS Nº 999/20XX

[1] Comentário: Número de controle do CCIEEx.

DADOS DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	
PROCESSO DE TCE (NUP)	99999.999999/9999-99
SETORIAL CONTÁBIL RESPONSÁVEL PELA TCE	XXª ICFEx
CÓDIGO SETORIAL CONTÁBIL RESP PELA TCE	160XXX
PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA TCE	dd/mm/aaaa a dd/mm/aaaa
UNIDADE RESPONSÁVEL	83º Batalhão...
CÓDIGO DE UG	160YYY
CNPJ UNIDADE RESPONSÁVEL	99.999.999/0009-09
ENDEREÇO:	Endereço completo
RESPONSÁVEL	
CPF DO RESPONSÁVEL	
CARGO À ÉPOCA	
PERÍODO DE GESTÃO ABRANGIDO PELA TCE	dd/mm/aaaa a dd/mm/aaaa
MOTIVO/CONSTATAÇÃO	
VALOR ORIGINAL DO DÉBITO	R\$ 999.999,99
VALOR ATUALIZADO DO DÉBITO	R\$ 999.999,99
DATA DE REFERÊNCIA	dd/mm/aaaa
PLANO DE TRABALHO	99.999.9999.9999.9999
INICIATIVA DE INSTAURAÇÃO	

[2] Comentário: NUP gerado pelo CCIEEx.

[3] Comentário: É a Organização Militar (OM) em que ocorreu a irregularidade causadora do dano ao Erário.

[4] Comentário: Informar todos os responsáveis pelas irregularidades (nome, CPF e cargo). Informações complementares constarão na Ficha de Qualificação do Responsável e no Demonstrativo Financeiro do Débito referente ao dano pelo qual cada sujeito está sendo responsabilizado.

[5] Comentário: O motivo deve ser aquele que melhor representa a situação em análise.

[6] Comentário: Data até a qual foi procedida a atualização do débito. Deverá ser atualizado o Sistema Débito (disponível no site www.tcu.gov.br) até a data da emissão do relatório de tomada de contas especial.

[7] Comentário: Neste campo deverá ser informado se o processo foi instaurado por iniciativa do gestor; por solicitação do Controle Interno; por solicitação ou denúncia do Ministério Público; por determinação do Tribunal de Contas da União; ou, ainda, por outros tipos de provocação.

INTRODUÇÃO

1. Autuamos, em dd/mm/aaaa (fls. XX), o presente processo de tomada de contas especial referente aos prejuízos decorrentes [inserir o motivo de instauração do processo], em observância à designação contida no Boletim Reservado do Exército nº, de, e em atendimento às disposições contidas no artigo 84 do Decreto-Lei nº 200, de 25/02/1967, e no art. 8º da Lei nº 8.443, de 16/07/1992, e o instruímos em consonância com as disposições contidas na Instrução Normativa nº 71, de 28/11/2012, do Tribunal de Contas da União e na Portaria nº 815-Cmt Ex, de 28 de setembro 2012 que aprova as Normas para a Realização de Tomada de Contas Especial.

[8] Comentário: Informar, de forma sucinta, os fundamentos legais para a formalização do processo e para a atribuição de responsabilidade.
Obs: indicação das folhas sempre em negrito (fls. XX)

I - DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS ADOTADOS PARA APURAÇÃO DOS FATOS, A IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS E A QUANTIFICAÇÃO DO PREJUÍZO

2. Objetivando apurar denúncia recebida (fls. XX), foi efetuada Fiscalização e/ou Auditoria em [inserir área, divisão ou seção auditada], no período de XX/XX/20XX a XX/XX/20XX, oportunidade em que se constatou a ocorrência de [inserir as irregularidades constatadas], conforme o constante do Relatório de Fiscalização e/ou Auditoria nº XX.XXX/201XX, de XX/XX/20XX (fls. XX-XX), e [outros documentos que se fizerem necessários].

[9] Comentário: Preencher com o relato das apurações realizadas e relacionadas às irregularidades motivadoras dos prejuízos. Estas apurações podem ser levantadas por meio de auditorias, fiscalizações, sindicâncias, processos administrativos, ente outros. Caso o fato tenha sido objeto de inquérito policial, o resultado final de inquérito ou de sentença judicial poderá ser emprestado ao processo com o objetivo de dar suporte à definição de nexo de responsabilidade (casualidade) dos agentes envolvidos. Para uma demonstração confiável da responsabilidade dos agentes, é necessário que o escopo dos trabalhos de auditoria e fiscalização contemple o levantamento das gestões dos envolvidos, (cópia dos documentos referentes às nomeações e exonerações ou atas de posse e de afastamento), além de exemplares dos documentos de autorizações de pagamento de despesas nos quais constem as assinaturas dos responsáveis ou de amostras das autorizações de maior valor, quando o volume de documentos for muito grande. Assim, quando da elaboração dos escopos dos trabalhos de auditoria e fiscalização, deve-se dar relevância para a comprovação material das ações dos envolvidos, considerando que o desdobramento final dessas ações pode ser a instauração de processo de tomada de contas especial. Atentando para isso, as questões relacionadas ao estabelecimento de nexo de responsabilidade (casualidade) dos agentes, à comprovação material da irregularidade encontrada e à quantificação de débito causado por cada envolvido já estarão definidas, o que possibilitará maior agilidade na condução da medida.

No referido **Relatório de Fiscalização e/ou Auditoria**, estão consignadas as seguintes conclusões: *[incluir manifestação técnica sobre a apuração dos fatos relacionados à ocorrência do prejuízo e a participação de cada um dos agentes envolvidos, podendo, inclusive transcrever trechos dos relatórios de auditoria ou fiscalização e/ou dos pareceres técnicos em que os fatos estão circunstanciados, de forma a dar suporte às conclusões relacionadas à definição de culpa dos envolvidos e à ocorrência de prejuízo ao erário. (ex.: 1- restou demonstrado que a documentação referente às cobranças de procedimentos irregulares foi homologada... , conforme cópias às fls. ...; 2- foram realizadas despesas irregulares, uma vez que foi verificado o pagamento de despesas não amparadas...; 3- houve fraude na concessão de benefícios...)].* Nesse **parecer/relatório**, também foi constatado [inserir constatações retiradas do relatório ou parecer que apontam a ocorrência de dano ao erário e a necessidade de devolução de valores ao erário].

3. Após a análise das peças técnicas que constam do processo e o esgotamento do prazo estabelecido nas notificações enviadas aos responsáveis, e ante o não saneamento das irregularidades apontadas no relatório de fiscalização e/ou auditoria, **a área financeira emitiu o Parecer Financeiro nº XX, de XX/XX/20XX (fls. XX-XX), concluindo [incluir manifestação financeira sobre a existência de prejuízo ao erário].** Foi constatada a existência de prejuízo ao erário em conformidade com as evidências do prejuízo levantado (fls. XX-XX).

II – DAS IRREGULARIDADES MOTIVADORAS DA TCE

4. O motivo para a instauração da presente tomada de contas especial foi (*incluir o motivo da TCE*), fato que se encontra demonstrado na documentação constante do processo, conforme verificado “*in loco*” no Relatório de Auditoria nº XX (fls. XX-XX) e nas peças técnicas (*ex.: Relatório de Fiscalização, Relatório de Auditoria, Relatório de Sindicância, Relatório Administrativo Disciplinar, Relatório Técnico, Relatório Financeiro, Nota Técnica, Informação*) às fls. XX-XX.

[10] Comentário: Neste item deve ser feita a descrição do motivo que fundamenta o processo de tomada de contas especial, já citado no cabeçalho do relatório, e a indicação das peças técnicas nas quais estejam identificadas as irregularidades que deram origem ao dano.

III – DA DEMONSTRAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DOS AGENTES ENVOLVIDOS

5. Da análise dos documentos às fls. XX-XX, verifica-se que o *Senhor Fulano de Tal*, [inserir cargo ou função ocupada pelo agente responsável à época da ocorrência dos fatos e as suas respectivas competências ou atribuições, de maneira a demonstrar a responsabilidade deste com relação ao dano a ele imputado (*ex.: o Senhor Fulano de Tal, diretor..., cidade/UF durante o período de 20XX a 20XX, era a pessoa responsável pela gestão dos recursos recebidos e, no entanto, não tomou as medidas para que tais recursos fossem corretamente utilizados, sendo, portanto, o responsável pelo prejuízo de R\$ 99.999,99 apurado nesta tomada de contas especial*)].

[11] Comentário: Este item deve conter relato indicando o nexo de responsabilidade do agente envolvido e a localização da cópia dos documentos que demonstrem materialmente a responsabilidade dele no cometimento da irregularidade que acarretou prejuízo ao erário, tais como atos de nomeação e exoneração para comprovação das gestões; autorizações de pagamentos pelos responsáveis por pagamentos irregulares; notas fiscais com aposição das assinaturas dos responsáveis atestando os recebimentos dos produtos não entregues ou dos serviços não prestados; termos de recebimento; documentos referentes às cobranças ou pagamentos irregulares; relatórios técnicos e financeiros das análises efetuadas que demonstrem a ocorrência do fato irregular, o valor de cada dano e o nome do responsável; planilhas que demonstrem a ocorrência do superfaturamento, acompanhadas de cópias das pesquisas dos preços de mercado à época dos fatos; documentos que evidenciem a apropriação indébita pelo envolvido no período de gestão; contrato com terceiros relacionados à má utilização dos recursos públicos; documentos que comprovem a participação do agente na concessão de benefício irregular; entre outros documentos que comprovem a irregularidade constatada, a quantificação do dano e a responsabilidade do agente causador do prejuízo.

IV – DA QUANTIFICAÇÃO DO DANO

6. Segundo consta do item [inserir o item da documentação em que foi apresentada a irregularidade e no qual foi quantificado o débito a ela correspondente], às fls. XX-XX, o dano ao erário pode ser assim discriminado:

Origem do Débito	Valor Original (R\$)	Valor atualizado (R\$)	Período de atualização	
			Data Inicial	Data Final
<i>Pagamento irregular de despesas</i>	99.999,99	99.999,99	dd/mm/aaaa	dd/mm/aaaa
<i>concessão de benefícios por meio de fraude</i>	99.999,99	99.999,99	dd/mm/aaaa	dd/mm/aaaa
...
Valor Total	99.999,99	99.999,99		

[12] Comentário: Descrever, neste item, com base na documentação presente no processo, o prejuízo causado à Administração Pública Federal, discriminando o valor original do débito na moeda vigente à época, a data do pagamento irregular ou do desfalque e o fato que deu origem ao débito e o seu valor atualizado.

V – DAS NOTIFICAÇÕES EXPEDIDAS VISANDO A REGULARIZAÇÃO DAS CONTAS E O RESSARCIMENTO DO DANO

7. Foram expedidas as seguintes notificações para conhecimento da instauração do processo, para a apresentação de informações, justificativas ou defesa e para a cobrança do débito:

Documento	Data	Fls.	Destinatário	Cargo	Resumo
<i>Ofício n° 97/20XX</i>	<i>dd/mm/aaaa</i>	<i>51/52</i>	<i>Fulano de tal</i>	<i>Cmt OM</i>	<i>Comunicação do resultado da fiscalização e do parecer técnico, para a adoção de providências</i>
<i>Diex n° xx/2013</i>	<i>dd/mm/aaaa</i>	<i>87/89</i>	<i>Fulano de tal</i>	<i>Cmt OM</i>	<i>Comunicação do resultado da análise da prestação de contas...</i>
...

[13] Comentário: Este item deve conter todos os expedientes de notificação expedidos ao responsável dando conhecimento das irregularidades a ele imputadas e do valor a ser ressarcido ao erário. Devem ser informadas também as folhas onde se encontram os avisos de recebimento (AR) ou outra forma de comprovação de que a notificação tenha sido recebida. Em último caso, se o responsável não for localizado depois de esgotadas todas as providências, ele deverá ser notificado por edital, fato que deverá ser informado no relatório. Tratando-se de pessoa jurídica, a notificação deverá ser dirigida à empresa ou ao ente jurídico, na pessoa do seu representante legal. Em caso de óbito do gestor faltoso, deve ser notificado o inventariante, ou, se já tiver havido partilha, os sucessores, que responderão pelo débito somente até o limite do valor do patrimônio transferido a eles (artigo 5º, inciso VIII, da Lei nº 8.443/92). Todas essas informações deverão estar fundamentadas em cópias de documentos contidos no processo, com a indicação das respectivas folhas. É importante destacar que a notificação deverá conter informações suficientes para que a pessoa responsável tenha conhecimento dos fatos apurados, devendo dela constar, portanto, a descrição sucinta da irregularidade, o motivo que levou à responsabilização do agente, o valor original do débito, o valor do débito atualizado e o prazo para o recolhimento do débito ou para a apresentação de defesa.

VI – DO RESUMO DAS ANÁLISES SOBRE AS JUSTIFICATIVAS E ALEGAÇÕES DE DEFESA APRESENTADAS

8. _____ Após as devidas notificações por meio das quais foi dada ao interessado a oportunidade de se manifestar com relação à irregularidade, concluímos, resumidamente, o seguinte: *[inserir informações sobre as justificativas ou alegações de defesa apresentadas pelo interessado e a respectiva análise da equipe responsável pela tomada de contas especial]*

Exemplos:

- O Senhor Fulano de Tal não apresentou justificativa, nem recolheu o valor do débito a ele imputado;

- O Senhor Fulano de Tal apresentou justificativa e documentos, cujas cópias encontram-se em fls. XX-XX. Após a sua análise, a área técnica não acatou os argumentos apresentados, considerando que não foram apresentados elementos novos suficientes para descaracterizar as irregularidades cometidas pelo referido agente;

- O Senhor Fulano de Tal apresentou justificativa e documentos, cujas cópias encontram-se em fls. XX-XX. Após a sua análise, a equipe responsável pela tomada de contas especial não acatou a defesa, considerando que não foram apresentados elementos novos suficientes para comprovar que o aludido agente não foi o responsável pelo prejuízo causado ao erário.

VII – DO PARECER DO TOMADOR DE CONTAS ESPECIAL

9. _____ Na opinião desta Equipe de Tomada de contas especial, os fatos apurados no processo indicam a ocorrência de prejuízo ao Erário oriundo de *[inserir o motivo que gerou o prejuízo]*, o que motivou a instauração do processo de Tomada de contas especial, conforme previsto *[indicar o dispositivo legal em que está fundamentado o processo de Tomada de contas especial (ex.: artigo... da Instrução Normativa TCU nº 71/2012 e Portaria...)]*.

10. No tocante à quantificação do dano, este foi levantado pelo valor de R\$ 999.999,99, referente à motivação exposta no item II deste Relatório de TCE.

11. Com relação à atribuição de responsabilidade, entendemos que esta deve ser imputada ao Senhor Fulano de Tal, *[inserir cargo ou função à época da ocorrência dos fatos]*, uma vez que *[incluir o motivo que levou o tomador a responsabilizar o agente] conforme [citar documentos e normas que indiquem o nexo entre a conduta do responsável e o dano causado (ex.: 1- documentos que demonstrem que o responsável deixou de tomar as medidas de sua competência; 2- documentos que comprovem o período de gestão ou cópias da publicação da nomeação e da exoneração do cargo; 3- documentos que comprovem a participação do agente na concessão de benefício irregular; 4- cópias de autorizações de pagamentos assinados pelos responsáveis pelos pagamentos irregulares; 5- notas fiscais com aposição das assinaturas dos responsáveis atestando os recebimentos dos equipamentos/materiais não entregues ou dos serviços não prestados; 6- cópia de termo de recebimento; 7- relatórios técnicos e financeiros das análises efetuadas que demonstrem a ocorrência do fato irregular e indiquem o valor de cada dano e o responsável pelo prejuízo; 8- planilhas que demonstrem a ocorrência do superfaturamento, acompanhadas de cópias das pesquisas dos preços de mercado à época dos fatos; 9- documentos que evidenciem a apropriação indébita pelo envolvido no período de gestão; 10- contrato com terceiros relacionados à má utilização dos recursos públicos)]*.

[14] Comentário: Neste item deverão ser incluídas as considerações e as conclusões da equipe de tomada de contas especial sobre os documentos e as respostas ou defesas apresentadas pelo responsável ou, se for o caso, sobre o não atendimento das notificações, manifestando-se sucinta e objetivamente sobre o saneamento ou não das irregularidades determinantes da TCE. Todas as opiniões emitidas devem estar fundamentadas em documentos e na legislação vigente.

[15] Comentário: Aqui poderão estar sucintamente descritos os atos praticados pela equipe de tomada de contas especial e o resultado das análises realizadas. No item posterior, deverá ser quantificado o dano e deverão ser apresentadas as informações que embasarem a convicção da equipe sobre o prejuízo apurado. Em seguida, deverá ser indicado o nome do responsável e esclarecida a relação dele com o prejuízo, com menção da norma por ele não observada. Caso sejam vários os responsáveis, deverá ser indicado se estes são solidários ou não, bem como os valores imputados a eles em conjunto e individualmente. Todas as opiniões emitidas devem estar fundamentadas em documentos e na legislação vigente.

12. Por fim, ante a presença dos avisos de recebimentos dos documentos enviados, incluídos nos autos do processo (bem como da resposta encaminhada pelo agente responsável, se for o caso), verifica-se que o agente responsável teve oportunidade de defesa, em observância ao art. 5º, inciso LV da Constituição Federal. Como não houve recolhimento aos cofres públicos da importância impugnada, subsistindo o motivo que legitimou a instauração da presente tomada de contas especial, entendemos que foram esgotadas as providências administrativas com vistas ao ressarcimento do dano ao Erário.

VIII - RECOMENDAÇÕES *(se for o caso)*

13. Medidas acauteladoras e saneadoras que visem evitar a reincidência das irregularidades, decorrentes de falhas na interpretação de normas e procedimentos regulamentares *(Quando a equipe de TCE julgar pertinente, poderá realizar recomendações para que a UG adote providências que minimizem a ocorrência de fatos similares ao objeto da TCE).*

IX – CONCLUSÃO

14. Diante do exposto e com base nos documentos anteriormente citados, constantes deste processo, entende esta Equipe de Tomada de Contas Especial que o dano ao Erário apurado foi de **R\$ 99.999,99**, cujo valor atualizado até **dd/mm/aaaa é de R\$ 999.999,99**, sob a responsabilidade do Senhor Fulano de Tal, *[inserir cargo ou função à época da ocorrência dos fatos]*. Referido valor foi registrado por esta Setorial de Contabilidade *[identificar a área que realizou a inscrição do responsável em conta de responsabilidade e, se for o caso, informar o número da nota de lançamento (ex.: na conta “Diversos Responsáveis Apurados”, no SIAFI, mediante Nota de Lançamento nº 20XXNL999999, de XX/XX/20XX;)]*, conforme documento à fl. **XX**.

Local e data,

Assinatura

Assinatura

[16] Comentário: [C16] Comentário:
Neste item deverá constar a conclusão do tomador quanto ao valor do prejuízo original, atualizado, bem como o documento de inscrição por meio do qual for efetivado o registro do valor do prejuízo em nome do responsável. Havendo responsáveis solidários, nesse item deverá constar o valor da responsabilidade atribuída conjuntamente a eles, além dos valores individuais (se houver), seguidos da indicação dos nomes dos agentes. Todas as opiniões emitidas devem estar fundamentadas em documentos e na legislação vigente.

Anexo B

MODELO DE FICHA DE QUALIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS**

____ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO

FICHA DE QUALIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL

PROCESSO DE TCE (NUP): XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX

NOME	CPF / CNPJ IDENTIDADE e PREC/CP	ENDEREÇO		TELEFONE	FUNÇÃO	PERÍODO DE GESTÃO
		Residencial				dd/mm/aaaa
		Profissional				a dd/mm/aaa
		Residencial				
		Profissional				
		Residencial				
		Profissional				
		Profissional				

Assinatura do responsável pela análise

Anexo C
DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DO DÉBITO



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
____ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DO DÉBITO

PROCESSO DE TCE (NUP): XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX

Síntese da situação caracterizada como dano ao erário:

Síntese da situação caracterizada como dano ao erário:

Responsáveis <i>(1)</i>	Responsabilidade <i>(2)</i>	Data da Ocorrência	Valor Original	Parcelas Recolhidas		Valor do Saldo Atualizado
				Valor	Data	

(1) - Nome completo

(2) - Responsabilidade "individual" ou "solidária"

Débito atualizado até ____/____/____

Local , data

Assinatura do responsável pela atualização